



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1762128 - SP (2020/0243494-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : CREDILAND PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
AGRAVANTE : RODOLFO ALBERTO ROCHA
AGRAVANTE : SANDRA SALAMEH ISPER ROCHA
ADVOGADOS : WALDEMAR CURY MALULY JUNIOR - SP041830
PAULO LUIZ MARCONI JUNIOR - SP270278
DANIELA DA SILVA CARVALHO - SP222265
Felipe Valente Maluly - SP358902
AGRAVADO : LEO SHEHTMAN
ADVOGADO : JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR - SP142452
AGRAVADO : LUSH LIMITED
ADVOGADO : IGOR MANZAN - SP402131

DECISÃO

Cuida-se de Agravo em Recurso Especial, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por CREDILAND PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA E OUTROS, em face de decisão denegatória de seguimento de recurso especial.

A parte recorrente objetiva a reforma da decisão que lhe negou os benefícios da gratuidade da justiça.

No julgamento do agravo de instrumento interposto, assim se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 319-324):

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA Indeferimento Necessidade Existência de elementos nos autos que afastam a presunção de veracidade do alegado estado de pobreza Hipótese em que a concessão do benefício fica adstrita à comprovação da hipossuficiência financeira da parte Decisão mantida Agravo improvido.

Os embargos de declaração apresentados foram rejeitados, o que ensejou a interposição de recurso especial, cujo juízo de admissibilidade foi negativo, o que levou à apresentação do presente agravo em recurso especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o

fumus boni iuris, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso em epígrafe, as instâncias originárias, mediante análise do conjunto fático-probatório dos autos, chegaram à conclusão de que não possui razão a parte adversa com relação ao pleito de gratuidade da justiça.

Outrossim, vislumbra-se a probabilidade de confirmação da negativa de seguimento do recurso especial diante da fundamentação apresentada pelo Tribunal a quo no sentido de que (fls. 376-379):

Além disso, analisado o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita a partir das condições pessoais da parte, ao decidir da forma impugnada, a D. Turma Julgadora o fez diante das provas e das circunstâncias fáticas próprias do processo sub judice, certo que as razões do recurso ativeram-se a uma perspectiva de reexame desses elementos. Mas isso é vedado pelo enunciado na Súmula 7 do E. Superior Tribunal de Justiça.

Ocorre que, não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do agravo em recurso especial, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária.

Na espécie, a parte requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, não tendo desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifique a atuação em regime de plantão.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARES - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DECISÃO TERATOLÓGICA OU CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.

1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

2. A probabilidade de negativa de seguimento do

recurso especial demonstra a ausência do fumus boni iuris, requisito imprescindível ao deferimento da tutela de urgência.

3. Não se tratando de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência desta Corte, bem assim ausente a demonstração da plausibilidade do direito invocado, requisito imprescindível ao cabimento da pretensão cautelar, impõe-se o seu indeferimento.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl na Pet 11773/SP, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 17/08/2017, grifo meu).

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Distribua-se o processo ao Relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência